

Publicado em *Construindo o passado angolano: as fontes e a sua interpretação. Actas do II Seminário Internacional sobre a História de Angola (4 a 9 de agosto de 1997)*. Luanda, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000. p. 161-185.

A história contemporânea de Angola: seus achados e suas armadilhas¹

Marcelo Bittencourt²

I - Introdução

A proposta deste estudo é iniciar uma discussão acerca dos trabalhos sobre a história contemporânea de Angola - mais precisamente em seu contexto pós-Segunda Guerra Mundial -, bem como apontar novos caminhos possíveis de serem trilhados. Para tanto, nos concentraremos inicialmente numa perspectiva panorâmica da produção referente a essa história, tornando possível a visualização das principais linhas de análise.

Num segundo momento lançaremos algumas idéias que nos parecem pertinentes no que se refere a tal estudo, alertando para fatores e procedimentos que até o momento, em virtude de uma prática enraizada e de implicações fora do campo da história, não têm sido considerados na sua riqueza elucidativa para muitas das questões angolanas.

II - O quadro geral

Entre os estudos acerca da história contemporânea de Angola, podemos identificar duas linhas de análise, que tendem a predominar sobre as demais: a dos condicionamentos internacionais e a que defende a existência de um conflito étnico latente na sociedade angolana. Em alguns casos, elas aparecem de forma conjugada. O mais interessante, porém, é observar que tais perspectivas, com grande poder de influência no presente, podem por vezes ser apropriadas em virtude de motivações políticas com interesse em intervir nos acontecimentos, impedindo, assim, uma observação mais ampla que privilegie a discussão dos diferentes fatores envolvidos.

A primeira concepção - a que considera os fatores internacionais como responsáveis pelos problemas surgidos no pré e no pós-independência - está intimamente associada ao fenômeno da Guerra Fria, que transformou Angola em importante laboratório político da bipolarização, como defendem Colin Legum, Arthur Klinghoffer e Gerald Bender.³ No caso de Bender, esse enfoque foi sendo direcionado ao longo dos anos, já que seu trabalho inicial - muito importante por sinal - refletia sobre a questão racial em Angola no período colonial.⁴ Dessa forma, a consolidação de Angola como peça do tabuleiro internacional, a partir dos anos 60, pode ser observada no próprio crescimento do interesse de cientistas sociais e historiadores americanos, o que seria revertido num crescimento da produção acadêmica sobre o tema.

¹ Este texto é um desdobramento do 2º capítulo da minha dissertação de Mestrado, defendida junto ao Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo, em dezembro de 1996, intitulada "As linhas que formam o 'EME'. Um estudo sobre a criação do Movimento Popular de Libertação de Angola". Naquela oportunidade o tema não foi suficientemente explorado.

² Pesquisador do Centro de Estudos Afro-Asiáticos, da Universidade Candido Mendes, e doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense.

³ LEGUM, Colin. "The role of the big powers". In: *After Angola. The war over Southern Africa*. New York, Africana Publishing Company, 1976. KLINGHOFFER, Arthur Jay. *The Angolan War: A study in soviet policy in the Third World*. Colorado, Westview Press, 1980. BENDER, Gerald J. "Peacemaking in Southern Africa: the Luanda-Pretoria tug-of-war". In: *Third World Quarterly*, vol. 11, nº 2, April 1989, p. 15-30.

⁴ BENDER, Gerald J. *Angola sob o domínio português: mito e realidade*. Lisboa, Sá da Costa Editora, 1981.

É interessante perceber como essa linha de análise foi usada por alguns dos atores do contexto angolano contemporâneo. Basta dizer que deixou de ser novidade antigos quadros do MPLA afirmarem que nunca foram de fato autênticos marxistas-leninistas. Segundo eles, tal ideologia teria sido responsável por muito da desgraça em que vive o país, embora afirmem que enveredaram por tal caminho porque não havia na época outra saída.⁵

Tal perspectiva, com o avanço da luta militar e política, transformou-se em aliada do MPLA, que dessa forma encontrou uma justificativa para o atribulado processo de estabilização do país no pós-independência e uma possibilidade de resgatar parte da desgastada credibilidade junto à população. Esse enquadramento, porém, ao mesmo tempo que facilitou a vida do MPLA, fez com que ocorresse uma exaltação desse fator, que tendeu a ser extrapolado nos demais momentos da história do país.

Evidentemente, a influência das condicionantes internacionais na história de Angola é por demais presente para que se pretenda minimizá-la. Contudo, a maximização de sua importância acabou por obscurecer o papel do aspecto político-ideológico no processo histórico, que foi decisivo, por exemplo, para a não-colaboração no pré-independência entre aqueles que mais tarde se tornariam os protagonistas da guerra em Angola. Não podemos esquecer a história e deixar de lembrar as alianças que foram feitas durante a luta de libertação, até mesmo com o inimigo número um, o colonialismo português. Essa tendência a fazer tabula rasa do comportamento anterior dos principais atores angolanos tende a passar a imagem enganosa de que sua pretensão seja a de facilitar as negociações de paz. Nada mais errado. A elucidação das perspectivas divergentes no passado pode facilitar a melhor compreensão dos desejos existentes entre aqueles que lutaram em lados opostos e estão tentando uma aproximação.

Isso posto, voltemos ao que interessa aqui. Ao estabelecer os condicionamentos internacionais como um dos fatores a ser destacado na análise da sociedade angolana, acreditamos que se deva fazê-lo de forma relacionada a outros fatores. O pior que pode acontecer nesse caso é uma análise exclusivista, voltada apenas para tal fator. Acreditamos ainda que é preciso também investigar a face interna desse processo no cenário angolano, através dos comportamentos político-ideológicos e da economia. Daí a importância - e não se trata de uma preferência vocabular, mas sim de uma compreensão que busca dar maior dinamicidade - em tratarmos não de fatores externos, mas sim de internacionais, pois eles acabam freqüentemente por se internalizar.

A segunda concepção, bastante repetida, afirma que o conflito étnico é o grande responsável pelos problemas existentes em Angola. E mais, tal conflito teria sido agravado por uma política centralizadora do MPLA. O principal interessado em defender esse tipo de abordagem tem sido a Unita, visto que seus aliados políticos externos investem numa solução negociada de partilha do poder.

O pressuposto dessa concepção reside na aliança que estabelece entre os movimentos de libertação e suas respectivas bases étnico-regionais, numa arriscada transposição de categorias histórico-culturais para o terreno da política.⁶ O principal expoente dessa linha de análise e responsável pelo trabalho mais consistente e abrangente até hoje produzido sobre os movimentos de libertação angolanos é John

⁵ Isso está presente em algumas das entrevistas que realizamos em Luanda em 1995. Mesmo o presidente José Eduardo dos Santos, em entrevista ao jornal *Expresso*, em 18/7/92, afirma que "não se poderia encontrar uma solução justa para a questão interna de Angola sem que fossem afastados, ou mesmo eliminados, os fatores externos". Quanto ao socialismo, afirma "foi uma intenção" que "talvez não tenha passado do papel".

⁶ Messiant apontou de forma precisa para este risco. MESSIANT, Christine. *Social and political background to the "democratization" and the peace process in Angola*. Leiden, African Studies Centre / Seminar "Democratization in Angola", 18 setembro de 1992, p. 16. De acordo com a concepção aqui criticada, o MPLA teria o apoio dos quimbundos (situados no centro-norte do país), a FNLA, dos bakongos (norte), e a Unita, dos ovimbundos (centro-sul).

Marcum,⁷ cuja obra se tornou referência obrigatória e influenciou muitos dos autores subsequentes. Justiça seja feita, Marcum também avançou pelo terreno dos condicionamentos internacionais, daí sua importância. René Pélissier e Gerard Chaliand também investiram nesse tipo de análise.⁸

Esse discurso possui, no entanto, uma crítica de fundo importantíssima e que não deve ser esquecida, mas acaba por ser apropriado em virtude do interesse estratégico em estabelecer uma determinada forma de comportamento político face à crise angolana atual. A pretensão de alguns defensores desse discurso em atuar nas discussões sobre a crise pós-eleitoral em Angola acabou por causar danos à sua própria argumentação, por desconsiderar os demais fatores com forte poder de influência na arrastada crise angolana. Ademais, o seu exclusivismo proporcionou um certo desprezo pelo acompanhamento histórico que deve ser dado à questão étnica. Nesse tipo de análise, tornou-se nítida não só a utilização política dos ingredientes “etnia” e “raça” por parte dos agentes envolvidos em sua defesa, como também a tendência em escamotear a consistência dos demais fatores, como o político-ideológico.

Por outro lado, os conceitos de etnia e raça, envolvidos diretamente nessa questão e constantemente aplicados de forma confusa, devem ser analisados de forma mais cuidadosa. Em Angola, é possível verificar o perigo de considerar esses conceitos sem as necessárias ponderações ou através de simples generalizações. Corre-se o risco de não só perder tais conceitos como instrumentos capazes de auxiliar o entendimento, mas, principalmente, de torná-los tão somente objetos da manipulação política por parte dos interessados em uma visão deturpada da realidade.

É forte a tendência, como foi dito anteriormente, entre os defensores de uma visão estritamente étnica do problema, a *esquecer* que os diferentes condicionamentos históricos sofridos pelas mais diversas etnias angolanas colaboraram e muito para um maior acirramento entre algumas delas. Esses condicionamentos se intensificaram durante o período colonial e sofreram a ação desestabilizadora consciente de Portugal. Perseguindo a dominação do território, o Estado português enxertou algumas querelas e amplificou outras, que se agudizaram com o decorrer do colonialismo e foram responsáveis por estereotipar determinados grupos étnicos no imaginário local.

Por exemplo, é fruto do período colonial a idéia hoje reinante quanto à maior ou menor propensão ao trabalho dos ovimbundos e dos quimbundos, os dois maiores grupamentos etnolingüísticos em Angola.⁹ Os primeiros estariam mais identificados como indivíduos dispostos ao trabalho, seja ele pesado ou não, de preferência vinculado ao campo e às tradições africanas. Já os quimbundos estariam mais ligados às funções administrativas nas cidades e aos modismos ocidentais. Não obstante o MPLA ter contribuído, por sua concentração em Luanda, para a permanência desse imaginário, ele se deve muito à forma como se deu a colonização portuguesa, ao local de maior enraizamento da burocracia colonial e ao tipo de recrutamento efetuado junto à população nativa.

Da mesma maneira, é um erro reduzir a formação de todos os movimentos de libertação a uma perspectiva de vinculação estritamente étnica, esquecendo o componente político-ideológico e os condicionamentos históricos. A elevada

⁷ MARCUM, John. *The angolan revolution. The anatomy of an explosion (1950-1962)*. Cambridge, The M.I.T. Press, 1969.
MARCUM, John. *The angolan revolution. Exile politics and guerrilla warfare (1962-1976)*. Cambridge, The M.I.T. Press, 1978.

⁸ PÉLISSIER, René. *La colonie du minotaure. Nationalismes et revoltes en Angola (1926-1961)*. France, Pelissier, 1978.
CHALIAND, Gérard. "Problemas do nacionalismo angolano". In: *Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, 4 (8), Fevereiro 1966, p. 77-98.

⁹ Usaremos aqui, na denominação dos grupos etnolingüísticos, a forma corriqueiramente adotada em Angola, em que por vezes sobressai o nome do grupo étnico e por vezes o termo lingüístico.

participação de ovimbundos no exército regular governamental pós-independência é algo difícil de ser explicado por tal lógica exclusivista.¹⁰

Esse tipo de análise, que privilegia o aspecto étnico, possui elevado grau de repercussão, não só pelo fato de ser defendida, pelo menos por enquanto, pelo Departamento de Estado norte-americano, mas também por ter sido encampada pela mídia como forma de compreender as mais diversas crises existentes na África. Ao que tudo indica, parece ser mais fácil para a mídia focar a diferença, o contraste - talvez porque este possua maior poder de assimilação por parte do público -, do que a semelhança. Benot já alertara para a tendência em sublinhar sempre o excepcionalismo africano como forma de preservação da ordem estabelecida.¹¹ O agravante é que com isso produz-se um novo *esquecimento*, dessa vez sobre os fatores de ordem política e histórica, tal como já ocorrera, por influência da esquerda européia, no tocante à questão étnica.

Antes de prosseguir, convém esclarecer, uma vez mais, que a atenção que se dá aqui ao problema étnico decorre de acreditarmos constituir ele um dos pontos centrais para o entendimento da realidade angolana contemporânea. Nossa preocupação é apenas demonstrar as arbitrariedades e extrapolações realizadas, que em muitos casos têm por base propostas políticas.

Aproveitemos a oportunidade para afirmar que, se o simplismo do discurso étnico favorece sua absorção, não podemos esquecer o fato de o sentimento de pertença a um grupo étnico apresentar-se como o último refúgio para os inúmeros expropriados da simples possibilidade de obter melhores condições de vida,¹² dada a situação de carência generalizada devido ao longo período de guerras. O indivíduo que não consegue acompanhar as mudanças impostas pelo novo sistema vigente no país, agarra-se, para não se sentir abandonado, aos valores antigos, com a referência étnica passando a ser uma possibilidade de afirmação social. Portanto, o posicionamento do indivíduo em relação às estruturas de poder e de controle das instituições pode acarretar num reforço da consciência étnica.¹³ E não só do indivíduo, como de um grupo.

Lembremos também que o sentimento de pertença étnica não deve impedir o indivíduo de se apresentar como angolano. A construção da nação angolana deve necessariamente implicar a absorção dessas particularidades. O que dificultou esse tipo de percepção aglutinadora de referências parece ter sido não só a guerra, mas também o comportamento por parte do MPLA no pós-independência, quando a construção da nação passou a implicar o fim das etnias. É bem verdade que as orientações do partido sobre esse tema foram alteradas em fins da década de 80, mas ainda hoje se mantém a necessidade de serem ultrapassados antigos obstáculos, visto que a consciência nacional "não é um dado adquirido de uma vez por todas, pelo contrário, pode consolidar-se ou diluir-se ao longo da história".¹⁴ E a radicalização dos conflitos marcados por características étnicas, como foi o caso da chamada "Sexta-Feira Sangrenta",¹⁵ tende a aumentar em muito o risco de diluição.

¹⁰ Seguindo essa lógica os ovimbundos, maioria na Unita, não apoiariam o MPLA. A argumentação de que essa participação deve-se ao recrutamento obrigatório não é válida para um contexto de enfrentamento militar. Poderia mesmo acarretar o efeito inverso. Dada a obrigatoriedade do alistamento no exército governamental os ovimbundos procurariam a Unita.

¹¹ BENOT, Yves. *Ideologias das independências africanas*. Lisboa, Sá da Costa Editora, 1981, vol. I, p. 33.

¹² CLARENCE-SMITH, GERVAISE. *Le Problème Ethnique en Angola*. Paris, Table ronde - La Dimension Historique de L'Ethnicité en Afrique, 21-22 de fevereiro de 1986. p. 2.

¹³ NGONDA, Lucas. *Diversidade étnica e poder político*. Luanda, Maka da União, 25 de maio de 1994. p. 5.

¹⁴ CONCEIÇÃO NETO, Maria da. *As fronteiras por dentro da nação*. Luanda, comunicação proferida no workshop organizado pela ADRA (Associação para o Desenvolvimento Rural e Ambiente) e pelo Programa Angola do C.C.C.I. (Canadá) e o CIDMAA (canadá) chamado Angola: A Crise e o Desafio Democrático, 24-26 de agosto de 1992, p. 3.

¹⁵ Circulou em Luanda um documento denunciando esses acontecimentos, datado de 26 de janeiro de 1993 e assinado como "os bakongos angolanos". Nesse dia, a cidade de Luanda foi sacudida por uma onda de violência contra os chamados "regressados".

Mantendo à visão panorâmica, constatamos que a produção mais recente dificilmente foge aos cenários traçados acima. No caso de William Minter, São Vicente, Chester Crocker e Alvaro O'da Silva, seus trabalhos possuem como dado relevante o fato de analisarem o caso angolano tendo em conta o cenário da África Austral, e não apenas as condicionantes decorrentes das duas potências mundiais; de qualquer forma, continuam presos à idéia básica de privilegiar as influências externas para se entender o que se passa em Angola.¹⁶

Por outro lado, a par da carência de trabalhos de historiadores sobre o tema e mesmo de cientistas sociais, quando comparamos com a produção sobre Moçambique, por exemplo, merecem referência os livros de memória de atores envolvidos no processo histórico. São de antigos militantes do MPLA, como o comandante Kiluanji, Adriano Sebastião e Iko Carreira,¹⁷ e até das Forças Armadas portuguesas, como o brigadeiro Pezarat Correia,¹⁸ ou mesmo de jornalistas responsáveis pela cobertura dos embates militares, caso de Fred Bridgland e Karl Maier.¹⁹ Isso para não referir a preocupação demonstrada pela literatura de ficção nos últimos anos, através principalmente de Pepetela e José Agualusa,²⁰ que constituem um material também de grande importância.²¹

Nesse terreno da literatura, é bom que se diga que a associação com a história assume uma complexidade das mais interessantes. Não é novidade ou especificidade angolana tal aproximação entre os dois campos. Porém, no caso em questão, a literatura ao se debruçar sobre os temas históricos acaba por assumir uma perspectiva diferenciada.

De fato, a literatura angolana tradicionalmente acompanhou - pode-se mesmo dizer que foi parceira - as aspirações independentistas dos angolanos. Desde fins do século passado, os jornais editados na colônia serviram de palco para discussões políticas entre os *angolenses*, em face das arbitrariedades do crescente colonialismo português. Todavia, ao lado dessa tribuna, podemos observar a proliferação de pequenas obras literárias que tinham como tema realçar as especificidades da terra angolana.²² Com o passar dos anos e a intensificação da repressão colonial salazarista, o papel da literatura como amplificadora dos questionamentos coloniais passou a ser dividido em maior escala com a música, o teatro e outras manifestações culturais. Numa tentativa de driblar as atenções da repressão²³. Portanto, muito da importância da literatura na sociedade angolana se deve à sua projeção como um local de acolhimento e divulgação dos anseios de revolta contra o colonialismo português.

A conquista da independência, por sua vez, não significou uma maior atenção com a formação de angolanos interessados em aprofundar os estudos ligados à História

¹⁶ MINTER, William. *Apartheid's contras. An inquiry into the roots of war in Angola and Mozambique*. London, Zed Books, 1994. VICENTE, São. *Angola e África do Sul*. Luanda, Edição do autor, 1994. CROCKER, Chester. *High noon in Southern Africa. Making peace in a rough neighborhood*. Johannesburg, Jonathan Ball Publishers, 1993. SILVA, Alvaro O'da. *Afrique Australe. À la recherche d'une identité*. Paris, Éditions L'Harmattan, 1993.

¹⁷ KILUANJI, César Augusto. *Trajectória da vida de um guerrilheiro*. Lisboa, Editorial Caminho, 1990. SEBASTIÃO, Adriano João. *Dos campos de algodão aos dias de hoje. S/L*, edição do autor, 1993. CARREIRA, Iko. *O pensamento estratégico de Agostinho Neto*. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1996.

¹⁸ PEZARAT CORREIA, Pedro. *Descolonização de Angola. A jóia da coroa do império português*. Lisboa, Editorial Inquérito, 1991.

¹⁹ BRIDGLAND, Fred. *The war for Africa. Twelve months that transformed a continent*. Gibraltar, Ashanti Publishing Limited, 1990. MAIER, Karl. *Angola: promises and lies*. London, William Waterman Publications, 1996.

²⁰ PEPETELA. *A geração da utopia*. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1993. AGUALUSA, José Eduardo. *Estação das chuvas*. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1996.

²¹ O destaque para esses dois autores se deve ao fato não só de terem publicado tais obras, mas também por terem em diversas ocasiões explicitado considerações acerca do processo histórico angolano. Poderíamos acrescentar ainda o caso de Sousa Jamba, com seu livro *Os patriotas* (Lisboa, Cotovia, 1991).

²² Aquilo a que muitos autores dão o nome de nativismo.

²³ Esse importante alerta me foi feito por Maria da Conceição Neto durante minha pesquisa de campo em Luanda.

e às Ciências Sociais, dentro de uma perspectiva autônoma em relação ao MPLA. É assim que a literatura no pós-independência mantém sua atuação de destaque - ainda bem -, muitas vezes preenchendo uma lacuna existente e que caberia aos historiadores e cientistas sociais ocupar, proporcionando a riqueza do diálogo. O caso mais ilustrativo parece ser exatamente o dos autores citados. Tanto Pepetela quanto Agualusa, em livros recentes, realizam um balanço do período que vai da luta pela independência até os dias atuais. O que poderia ser encarado como algo comum, não fosse o fato de não haver trabalhos paralelos, pelo menos suficientemente divulgados, no campo das ciências sociais e da história.

A carência de trabalhos que trilhem perspectivas diferentes das linhas de análise tradicionais é agravada pelas dificuldades em se realizar pesquisas na área da história contemporânea em Angola. Além da falta de recursos financeiros e da inexistência de tradição nesse campo, há também o temor gerado pela situação de guerra, inibidor de possíveis críticas aos diferentes centros de poder que possam vir a ser encaradas como sinais de uma aproximação com o inimigo. Além disso, o governo, com todas as suas dificuldades, continua a ser, com exceção de alguns casos isolados,²⁴ a única fonte de recursos na área acadêmica em Angola.

Antes de passarmos ao segundo momento do texto, é importante reforçarmos o aviso: os fatores apontados pelas principais vertentes de análise da sociedade angolana - os condicionamentos internacionais e as vinculações étnicas - certamente fazem parte do complexo mundo angolano, mas, ao serem utilizados de forma exclusivista ou mesmo privilegiados de maneira conjugada, em detrimento de outros, podem facilmente ser apropriados com o interesse de discutir qual será o encaminhamento a ser dado à crise atual. O que não é por si só algo a ser execrado - já que são elementos constitutivos dessa realidade -; o agravante se encontra no fato de que tal concentração tem ajudado a inviabilizar novas interpretações, baseadas em outros fatores, por parte dos historiadores e cientistas sociais.

III - Novos elementos

Essa preocupação está inserida num contexto muito especial em que se verifica o início, ainda de forma muito tímida, de um processo de revisão da história contemporânea de Angola. Nossa proposta, evidentemente, não caminha de maneira isolada. Existem vozes dissonantes quanto à polarização apresentada e que foram fundamentais para a construção de uma nova perspectiva para o cenário angolano, empenhadas em despolitizar as análises e na elaboração de uma abordagem não-excludente entre os fatores étnico e os internacionais, preocupadas também com a absorção de novos elementos.

Nesse sentido, poderíamos destacar a produção de alguns angolanos que conhecemos durante a realização de nossa pesquisa em Luanda para a elaboração da dissertação de mestrado, como é o caso de Maria da Conceição Neto, Fernando Pacheco e Ruy Duarte, lamentando, entretanto, o fato de trabalharem de forma isolada.²⁵ Há ainda os casos isolados de Carlos Pacheco, em Lisboa,²⁶ e Daniel dos Santos, no

²⁴ Faço referência aqui aos poucos angolanos que conseguiram obter recursos no exterior para a formação em ciências humanas. Um balanço, já um pouco desatualizado, foi feito em GONÇALVES, José. "As ciências sociais em Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe". In: *Ciências Sociais em África*. Dacar, Codesria, 1992.

²⁵ CONCEIÇÃO NETO, Maria da. "Le peuple angolais. Une histoire qui unit et qui divise." In: *Antipodes*. Bruxelas, nº 134-135, D'ITECO, 1996, p. 12-18. PACHECO, Fernando. *Da independência à guerra, da guerra ao desenvolvimento*. Texto inédito, 1994. Um caso a parte é o do antopólogo Ruy Duarte de Carvalho, pois já conhecíamos os seus trabalhos publicados em Paris e Lisboa, principalmente *Ana a Manda. Os filhos da rede*. Lisboa, Instituto de Investigação Científica e Tropical, 1989.

²⁶ Seus trabalhos concentram a análise no século XIX, mas, após encontrar importante e inédita documentação até então retida pelas autoridades portuguesas, iniciou a elaboração de um livro que causou muita agitação em Angola, até mesmo nos meios políticos: *MPLA - um nascimento polémico (as falsificações da história)*. Lisboa, Vega, 1997.

Canadá.²⁷ Também Carlos Serrano - no Brasil - que avançou suas análises pelo período mais recente.²⁸ Não poderia deixar de mencionar também os estudos de Christine Messiant, que estabelecem pontes interessantes entre a antropologia, a sociologia e a história.²⁹ Para além desses, numa linha de história socioeconômica, sobressaem os trabalhos de grande fôlego de Gervase Clarence-Smith e Adelino Torres.³⁰

Contou também e muito para a percepção dessas questões a realização da pesquisa de campo para a citada dissertação de mestrado. Baseado em entrevistas e na coleta de razoável número de artigos locais pouco ou nada conhecidos fora de Angola, esse trabalho se mostrou fundamental para a construção de uma forma de análise diferenciada. Destacaria ainda o contato direto e cotidiano com a própria situação precária do país que fomos obrigados a vivenciar em Luanda e com indivíduos despossuídos de espaço para questionar a atuação dos mais diferentes atores da cena histórico-política angolana. A escassez de produtos e serviços para aqueles que se encontram fora dos *esquemas*,³¹ mesmo no nosso caso - em que possuíamos recursos financeiros elevados, quando comparados com a imensa maioria do povo angolano -, acabou por nos aproximar dessa população sofrida. Esse fator se constituiu, com certeza, num elemento extremamente produtivo da pesquisa, pois muitos de seus questionamentos não haviam sido sequer percebidos e seus comentários pouco ou nada investigados.

Isso posto, podemos então avançar com nossa proposta de análise. Em linhas gerais ela ambiciona realçar a presença constante e concomitante, eventualmente interagindo, das diversas variáveis existentes nos modelos explicativos, da sociedade angolana. Mas não só, devemos também considerar outros fatores, tais como o que temos chamado de “vínculos de solidariedade”, para além dos anteriormente citados (os político-ideológicos e raça). O fundamental, portanto, é atentarmos para a possibilidade de se enxergar novos elementos que sejam elucidativos e operacionais para a construção da história de Angola e o processo de inter-relação com os demais fatores.

No caso citado, a expressão “vínculos de solidariedades” pretende identificar os diversos comprometimentos e as relações privilegiadas que surgem na trajetória de muitos grupos sociais angolanos e que dizem respeito à região militar onde lutaram, à família e até mesmo à sua opção religiosa ou missão que freqüentavam. Constituem, portanto, os laços de solidariedade formados pelos angolanos em diversos momentos de sua vida e que vieram a influenciar na sua trajetória futura, como a filiação política, por exemplo.

Em virtude de esses aspectos, muito raramente, terem sido enfocados em estudos anteriores, à exceção da religião, e de a nossa pretensão aqui ser apenas a de alertar para a viabilidade dessa proposta, sua apresentação terá, necessariamente, um caráter exploratório.

²⁷ SANTOS, Daniel dos. "L'Angola à la croisée des chemins: La démocratie, le pouvoir politique et la constitution". In: CONAC, Gérard (org.) *L'Afrique du Sud en transition. Réconciliation et coopération en Afrique Australe*. Paris, Economica / Université de Paris I / Sorbonne, 1995. p. 249-266.

²⁸ Esperamos para breve a publicação de sua tese de doutorado, defendida no Departamento de Antropologia, da Universidade de São Paulo, em 1988, intitulada “Angola: nasce uma nação”.

²⁹ MESSIANT, Christine. "MPLA et Unita: processus de paix et logique de guerre". In: *Politique Africaine*. Paris, nº 57, março 1995, p. 40-57.

³⁰ CLARENCE-SMITH, Gervase. *O III império português, 1825-1975*. Lisboa, Teorema, 1985. TORRES, Adelino. *O império português entre o real e o imaginário*. Lisboa, Escher, 1991.

³¹ Palavra rotineiramente utilizada pelos angolanos quando pretendem identificar uma situação ilegal ou não que os faça *driblar* as carências ou arbitrariedades existentes. Por exemplo, o caso de alguns trabalhadores que compram alimentos a preços subsidiados nos supermercados de suas empresas e os revendem no mercado paralelo. SANTOS, Daniel dos. “The second economy in Angola: Esquema and candonga”. In: Maria Lós (ed.). *The second economy in marxist states*. London (U.K.), The Macmillan Press, 1990. p. 157-174.

As ligações de caráter religioso passam, necessariamente, pela elucidação da divisão e, conseqüentemente, da oposição de métodos e perspectivas existentes entre a igreja católica, as missões protestantes e as chamadas religiões sincréticas. Essa diferenciação dará um colorido especial à vinculação, pois, como afirma Messiant, não só identifica o indivíduo, como também molda sua atuação política: "(...) a religião tem uma grande importância em Angola não só como critério de identificação, mas também como um fator político e social".³²

Todavia, não é nossa intenção destacar a estreita relação entre o Estado português e a igreja católica, que acabaria por dificultar a expansão das igrejas protestantes em território angolano. Ligação essa que por vezes encobre a ação de várias figuras da igreja católica na luta pela independência. Nem tampouco pretendemos a concentração na atuação dos protestantes, que levaria a uma situação não-institucionalizada, mas bem clara em alguns casos, de apoio aos quadros independentistas, em que a própria rede de contatos entre os fiéis estabelecida pela missão ajudava na comunicação entre muitos nacionalistas.³³ Tudo isso já foi muito bem analisado por diversos autores, inclusive as diferenças entre batistas, metodistas e congregacionais.

O que se busca apontar é a existência desse espaço religioso, concretizado através da igreja e da missão, como local onde se potencializa um vínculo de solidariedade entre os participantes. Esse vínculo pode se explicitar de maneira mais aberta, quando da militância em parceria num determinado movimento de libertação, ou, em alguns casos - e aí reside nosso interesse -, de forma mais camuflada, através de apoios pessoais para a ascensão profissional e política.

Da mesma forma, o laço familiar - que se constitui num elemento dos mais importantes quando se fala em sociedade africana e que se teve algumas de suas características alteradas não perdeu sua força com o processo de expansão colonial sofrido por Angola a partir de meados do século passado - também constitui um importante meio de ascensão social e de união política.

As chamadas famílias "tradicionais" angolanas pontuam a história de Angola antes mesmo do século passado e como tal não poderiam deixar de influenciar na luta anticolonial. A consulta aos sobrenomes daqueles que criaram ou apoiaram os respectivos movimentos de libertação revela muito claramente tal associação.³⁴

A importância dessa instituição permaneceu no pós-luta de libertação e passou a ter um papel muito interessante. No decorrer do processo de intensificação das dificuldades econômicas e sociais enfrentadas pelo país, o fato de se possuir um membro da família num cargo de importância no Estado ou no Partido passou a significar a possibilidade de uma condição privilegiada no acesso aos serviços monopolizados por esse Estado.

Em muitos casos, dada a carência de instituições oficiais que fizessem a ligação Estado-cidadão, o parentesco familiar passou a canalizar o acesso às possíveis facilidades fornecidas pelo Estado. Encaixam-se nessa categoria as promoções funcionais, as bolsas para estudar no exterior, viagens internacionais etc. Tratava-se, portanto, da tarefa, nada original, de cuidar dos interesses da família. O que não deve ter sido muito diferente no lado da Unita.

³² MESSIANT, Christine. *Social and political background to the "democratization" and the peace process in Angola*, p. 17.

³³ Essa articulação a partir da rede protestante, no entanto, e apesar do discurso nacionalista, detinha forte conotação étnica, dada a natureza do trabalho das missões protestantes, mais voltada para essas realidades. CLARENCE-SMITH, Gervase. *Le problème ethnique en Angola*, p. 3.

³⁴ MOURÃO, Fernando A. A. *Continuidades e descontinuidades de um processo colonial através de uma leitura de Luanda*. Tese de livre docência defendida na Universidade de São Paulo em 1992. p. 515.

Pelo lado da guerrilha, que também se constitui num espaço privilegiado para a formação de laços de solidariedade, o que pretendemos ressaltar não é o fato de se ter lutado do mesmo lado, enquanto movimento de libertação - o que por si só seria aparentemente normal -, mas sim na mesma unidade de guerrilha, na mesma região. No caso do MPLA, essa situação é fortalecida pela quase incomunicabilidade, durante a guerra anticolonial, entre as regiões militares, não só devido à contra-ofensiva portuguesa, mas também às ações violentas da FNLA.

Os laços criados nessas unidades militares ao longo dos vários anos de luta armada e de múltiplas carências, na busca da concretização de um objetivo central, demonstraram ser um elemento muito forte para se entender o comportamento dos quadros que fizeram a guerrilha.

A nossa preocupação com esse fator foi despertada em função do estudo do momento pós-independência. Deparamo-nos com tais vínculos quando tentávamos entender o conflito surgido entre os elementos do MPLA que fizeram a luta armada e os que permaneceram em Luanda, numa luta clandestina de baixa intensidade.³⁵ As disputas entre os vencedores do processo de independência pelos cargos e posições de chefia revelaram a força dessa solidariedade construída na guerrilha. E, mesmo nos casos de dissidência no próprio MPLA, podemos observar a importância de tal vínculo na consolidação dos grupamentos.

Dessa forma, podemos afirmar que esse amplo quadro dos vínculos de solidariedades nos possibilita identificar a existência de posicionamentos sociais que serão importantes na elaboração da contestação anticolonial e no momento posterior. Esses posicionamentos foram adquiridos ou reforçados em decorrência do fato de se pertencer a determinadas famílias, em função da proximidade religiosa, da participação na mesma unidade de guerrilha ou até mesmo por estarem embebidos do mesmo convívio cultural. Em geral, esses fatores ocorrem de forma simultânea, e o uso que se faz deles assim como o seu resultado dependerão da capacidade dos indivíduos em fazer valer tal capital.

Aos fatores acima citados, poderíamos anexar outros tipos de solidariedades possíveis de atuar no contexto angolano, principalmente urbano, como o bairro em que o indivíduo foi criado e que, de acordo com as entrevistas que realizamos e nossa própria experiência em Angola, se consolida como algo mais que uma referência à trajetória do indivíduo. Muitas das amizades assumidas na infância e na mocidade, em virtude do convívio na mesma região, tornam-se responsáveis por filiações profissionais e políticas.

Devemos ainda enfatizar, uma vez mais, que, aos chamados vínculos de solidariedades, juntar-se-ão os aspectos anteriormente referidos. Esperamos que uma de nossas contribuições tenha sido exatamente realçar a interligação dos vários fatores aqui apresentados. Os fatores étnicos e os condicionamentos internacionais, bem como os político-ideológicos e o racial, também se articulam a tais vínculos, permeando e ajudando a construir uma rede de solidariedades que irá ter seus elementos de destaque de acordo com o momento histórico e os atores em questão. É importante insistirmos nesse fato: dada a atuação de forma articulada desses fatores, não se pode abrir mão das correlações existentes entre eles, apontando uma única força determinante. Em cada momento específico, um poderá ter maior importância que o outro, mas a presença de qualquer um desses pode alterar os demais.

Antes de finalizar, faz-se necessário uma referência ao fenômeno da crioulidade. Estaríamos fugindo a um dos temas mais importantes e também dos mais polêmicos

³⁵ Esses elementos da luta clandestina teriam grande destaque quando dos primeiros enfrentamentos militares entre os movimentos de libertação, em 1975, bem como no controle do aparelho de estado nessa época.

surgidos ultimamente na historiografia angolana se não tocássemos nesse ponto. Além disso, onde a criouldade se faz presente, ela acaba por banhar os vínculos anteriormente citados.

O primeiro autor a se debruçar com maior intensidade sobre o estudo da sociedade crioula angolana e, provavelmente, o responsável pela cunhagem desse termo foi, sem dúvida, Mário António Fernandes de Oliveira.³⁶ Ele afirma que tal grupo seria fruto de pequenos núcleos populacionais resultantes da penetração portuguesa na África. Penetração essa restrita a uma faixa litorânea pontuada por portos para o comércio de escravos, além de uma pequena inserção nas margens do rio Cuanza, através da construção de presídios e do estabelecimento de mercados ou feiras. A presença crioula teria se consolidado nessas regiões a partir do século XVII e Luanda constituiria o local privilegiado por seus componentes.³⁷ A convivência cotidiana entre brancos e negros foi a responsável pela interpenetração das culturas africana e europeia, proporcionando um processo de *radicação* sofrido por parte da população europeia que chegara a Luanda.

Dessa forma, estabelece-se um lento processo de síntese cultural que poderá ser percebido, entre outras coisas, na forma de falar o português, na dança, na música, na culinária e nas festas - ponto de discussão política dos mais importantes. E isso fica mais visível na segunda metade do século XIX, através dos periódicos editados na colônia. Tratava-se, portanto, de uma mescla de tipo muito especial entre elementos ligados ao contexto africano, geralmente chamados de tradicionais, e os de origem europeia, que por vezes são identificados como modernos.³⁸ Essa composição resultou na formação de "um grupo intermediário entre os europeus da metrópole e a maioria da população negra rural",³⁹ muitas vezes chamados de euro-africanos pelas autoridades coloniais. Essa designação ambígua, certamente, dava conta dos mulatos e dos negros "de boa posição social", até que fosse estabelecida uma legislação mais rigorosa no século XX.⁴⁰

Um ponto que devemos esclarecer é que o termo *crioulo* faz referência a uma mestiçagem de tipo cultural, ou seja, o crioulo a que nos referimos tanto pode ser preto como branco ou mulato. É a presença simultânea de elementos de cultura africana e europeia no seu comportamento que irá caracterizá-lo como crioulo. Ou seja, é a sua capacidade de atuar nesses dois mundos e realizar uma interligação entre eles.

Para além dessa perspectiva cultural, que nos possibilita identificá-los enquanto um grupo, entendemos que a criouldade comporta indivíduos com interesses divergentes em termos de ordem religiosa, social e de classe. A oposição entre católicos e protestantes, o acesso diferenciado à instrução e aos principais cargos públicos, as rivalidades entre proprietários e não-proprietários e até mesmo as desavenças entre famílias são elementos importantes e que não devem ser esquecidos. Nossa proposta - de que a criouldade deva ser vista por um prisma cultural, enquanto uma junção de referências culturais africanas e europeias - não implica o encobrimento das fissuras

³⁶ DIAS, Jill R. "Uma questão de identidade: respostas intelectuais às transformações econômicas no seio da elite crioula da Angola portuguesa entre 1870 e 1930". In: *Revista Internacional de Estudos Africanos*, Lisboa, jan/jun, nº 1, 1984, 61-94, p. 61, nota 1.

³⁷ OLIVEIRA, Mário António Fernandes de. *Luanda, "ilha" crioula*. Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1968, p. 17

³⁸ Miller, por sua vez, prefere utilizar o termo luso-africano em vez de crioulo. Segundo o autor, essa designação pretende definir, para além de propriedades raciais e culturais, uma especialização econômica desse grupo. Essa postura retrata bem a sua preocupação específica com o estudo dos indivíduos ligados diretamente ao tráfico de escravos. MILLER, Joseph C. *Way of death. Merchant capitalism and the the Angolan slave trade - 1730-1830*. Wisconsin, The University of Wisconsin Press, 1988, p. 246-247.

³⁹ DIAS, Jill R. "Uma questão de identidade: respostas intelectuais às transformações econômicas no seio da elite crioula da Angola portuguesa entre 1870 e 1930", p. 61, nota 1.

⁴⁰ MOURÃO, Fernando A. A. *Continuidades e descontinuidades de um processo colonial através de uma leitura de Luanda*, p. 102-104.

existentes entre os grupos sociais. Daí a preocupação em privilegiar a designação cultura crioula ou criouldade em vez de sociedade crioula.⁴¹

Mas nos resta ainda uma dúvida, talvez a principal: estamos tratando de crioulos ou assimilados? A resposta a essa indagação está ligada a duas formas diferentes de se considerar o período pós-30 e a categorias também diferenciadas de análise. Enquanto o assimilado corresponde a um estatuto jurídico com pretensões de legislar sobre fenômenos culturais, o crioulo está ligado a uma perspectiva tão somente cultural.

A utilização do termo crioulo responde a várias questões. Em primeiro lugar, o pressuposto da ideologia colonial é que os indivíduos assimilados teriam se integrado de maneira total à cultura portuguesa, abandonando, conseqüentemente, os vestígios de outras vertentes culturais. A idéia de assimilação, imposta pelo Estado colonial, implicava, como afirma Adriano Moreira, a adoção, por parte do africano, da lei comum e da conduta nos moldes do povo colonizador.⁴²

Portanto, o estatuto de assimilado pressupõe a absorção de um determinado padrão cultural e não admite a junção ou a interpenetração cultural, que é a marca da criouldade. Esta implica síntese, enquanto a assimilação, na forma como era entendida, opção. Evidentemente, o fato de os crioulos terem alcançado tal estatuto não significou sua submissão à cultura portuguesa, em detrimento da africana. As acomodações foram sendo realizadas paralelamente ao incremento de uma legislação mais precisa no tocante aos requisitos necessários à obtenção do estatuto. O termo assimilado, portanto, não traduz, no caso dos crioulos, o caráter marcadamente cultural, acabando por assumir um tom pejorativo que é rechaçado por eles.

Esse repúdio à legislação que define os critérios da assimilação é fácil de ser percebido e entendido. Era uma grande humilhação para os crioulos ter de provar os níveis exigidos de civilização, quando na verdade há muito tempo participavam ativamente de toda a vida política e econômica da colônia, em ligação constante com a metrópole.

Outro ponto a considerar diz respeito à limitação legal imposta pela assimilação. Quando nos referimos aos crioulos, fazemos menção não apenas aos que eram oficialmente reconhecidos como assimilados, até porque o número exato de assimilados não é tão importante quanto a realidade que ele deveria retratar e que por vezes acabava por falsear.⁴³

Por sua vez, as autoridades coloniais sabiam que a assimilação não dava conta de todos aqueles que participavam da cultura crioula e o seu temor é que a contestação ao colonialismo pudesse se alastrar justamente a partir desse segmento.⁴⁴

Dessa forma, defendemos o enfoque da criouldade, que nos parece o mais apropriado, principalmente quando se trabalha com algumas regiões específicas de Angola, partindo de uma perspectiva cultural que se pretende mais alargada do que o termo assimilado. No entanto, destacamos que essa análise não deve implicar a impossibilidade de que se percebam os conflitos existentes no interior da criouldade.

⁴¹ A atenção para esse viés surgiu quando das leituras de Mário António e Viriato da Cruz, apesar de, no caso de Viriato, seu trabalho fazer referência a momento posterior ao que estamos nos referindo. CRUZ, Viriato da. "Angola: quelle indépendance...". In: *Révolution*, nº 6, Revue Mensuelle Internationale, Paris, février, 1964, p. 5-16. OLIVEIRA, Mário António Fernandes de. *Reler África*. Coimbra, Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Africanos, 1990, p. 348. Mourão também nos chamou a atenção para tal perspectiva. Ele acredita ter sido a literatura a responsável em grande parte pela transmissão dessa imagem de tal grupo como um todo. MOURÃO, Fernando A. A. *Continuidades e descontinuidades de um processo colonial através de uma leitura de Luanda*, p. 8-9.

⁴² MOREIRA, Adriano. *Política ultramarina*. Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1961, p. 139.

⁴³ BENDER, Gerald J. *Angola sob o domínio português: mito e realidade*, p. 218.

⁴⁴ MOREIRA, Adriano. *Política ultramarina*, p. 142.

Daí a necessidade de identificarmos os interesses e os segmentos atuantes, ao analisarmos um determinado momento histórico.⁴⁵

A opção pela utilização do termo crioulo se relaciona também com o problema racial. Uma forma bem difundida de analisar a criação do MPLA tende a distinguir a atuação das três comunidades raciais existentes em Luanda - os negros, os mulatos e os brancos.⁴⁶ A opção pela ótica da criouldade busca perceber a imersão de parte desses grupos num caldo sociocultural que lhes dava a possibilidade de uma mobilização coesa contra o sufocamento a que estavam sendo expostos.

Essa análise, no entanto, não acarreta numa perspectiva de a-racialidade. É evidente que se alguns brancos foram banhados pela criouldade, devido principalmente à sua condição socioeconômica,⁴⁷ a grande maioria mantém o discurso racial como barreira legitimadora.⁴⁸ Para além disso, é bom frisar que o tema racial não se esgota no seio da criouldade. Os brancos e, em menor grau, os mulatos terão que conviver com as recorrentes suspeitas quanto à sua real vinculação à agitação colonial.⁴⁹

Para finalizar essa questão, é importante afirmar que os crioulos do século passado e meados deste século não assumem quer o nome de crioulos, quer o de assimilados. No caso do termo crioulo, trata-se de uma construção analítica que pretende diferenciá-los dos demais angolanos. A convicção desses indivíduos é de que eles eram os verdadeiros angolanos, já que os demais teriam as etnias como laços primordiais.⁵⁰ O termo assimilado, por sua vez, era uma construção jurídica do colonialismo português, que muitos desejavam adquirir, mas que geralmente, quando obtida, não era explicitada gratuitamente e em muitos casos sua utilização se dava com o objetivo de tratar com desmerecimento o outro, retratando uma forma caricatural de comportamento. Os detentores de tal chancela não se referiam a si mesmos assim e muito menos aos seus pares. Consideravam-se, da mesma forma, angolanos.⁵¹

No entanto, acredito que devemos enfrentar o problema de frente e uma boa opção é manter o termo crioulo, visto que se impõe, para além do nosso desejo de não ferir suscetibilidades, a necessidade de identificá-los como uma camada específica, localizada regionalmente e diferenciada tanto dos colonos quanto da massa africana

⁴⁵ Nesse ponto, é de grande valia a distinção elaborada por Viriato da Cruz entre o "assimilado objeto" - que diz respeito ao explorado pelo colonialismo cotidianamente e que o recusa como um comportamento vital - e o "assimilado destinado" - que seriam, por exemplo, os estudantes que conseguem sair de Angola para completar sua formação em Portugal e que se opõem ao colonialismo por razões de patriotismo, de interesse ou ainda de solidariedade. CRUZ, Viriato da. "Angola: quelle indépendance...", p. 6-7.

⁴⁶ Como é o caso de John Marcum, responsável por uma obra de grande importância sobre Angola que, sem dúvida, marcou a produção de muitos pesquisadores.

⁴⁷ Quanto a isso, é muito elucidativa a entrevista de Luandino Vieira a Michel Laban, na qual o escritor afirma que na sua infância e adolescência abraçou "valores culturais africanos, valores populares angolanos" que, posteriormente, comprovou serem corretos. Nessa entrevista tem-se também noção exata da importância da condição socioeconômica do branco como fator capaz de inseri-lo na criouldade; não que isso significasse a sua adesão a um compromisso anticolonial, pois muitos partiam em direção oposta, radicalizando sua postura racial na tentativa de melhorar tal condição, mas a partir dessa situação poderia surgir uma atitude diferenciada. LABAN, Michel e outros. *Luandino. José Luandino Vieira e a sua obra (estudos, testemunhos, entrevistas)*. Lisboa, Edições 70, 1980, p. 13-14.

⁴⁸ Existem também os brancos que, não pertencendo a esse mundo crioulo, estavam conscientes de que aquela era sua terra e que as injustiças existentes deveriam cessar. Possuem, portanto, uma perspectiva mais consciente, mais militante.

⁴⁹ É bom mais uma vez frisar que a criouldade vai dar conta da grande maioria dos mulatos, mas também de um elevado número de negros, basta considerar os indivíduos presos em finais dos anos 50 e início dos anos 60, bem como os dados referentes à assimilação, em que mais da metade é composta por negros. É verdade que proporcionalmente essa relação é irrisória, mas de qualquer forma não se pode esquecer a sua participação. PÉLISSIER, René. *La colonie du minotaure. Nationalismes et revoltes en Angola (1926-1961)*, p. 65.

⁵⁰ Quanto a esse tema da angolanidade especial dos crioulos, ver CAHEN, Michel. "Angola, Moçambique: que futuro para os crioulos?". In: *InformÁfrica Confidencial*, nº 63, jul 94, p. 18-19.

⁵¹ HAMILTON, Russel G. *Literatura africana. Literatura necessária - I / Angola*. Lisboa, Edições 70, 1981. p. 142.

rural.⁵² Além do crioulo e do assimilado, pode-se encontrar outros termos, como modernos, ocidentalizados e destribalizados, mas nenhum deles consegue passar a idéia de síntese cultural tão bem quanto o termo crioulo. A maneira de minorar o problema é chamar a atenção para ele.

É bom ressaltar que estamos discorrendo sobre um tema ainda em discussão, o que tende a aumentar o grau de dificuldade da avaliação, já que as contribuições aparecem conforme os novos questionamentos vão sendo lançados. Lembremos ainda que a existência de cultura crioula em Angola não é nada de excepcional. O mesmo processo de conjunção já ocorrera em outros países africanos e caribenhos, gerando inclusive línguas crioulas.

Frisemos ainda a distinção entre, por um lado, acesso à educação de tipo ocidental e contato com valores europeus e, por outro, a pertença a um determinado padrão cultural. O ensino e a relação próxima com crioulos e europeus são elementos que podem ajudar no processo de criouliização, mas não significam a certeza da criouliidade. Esta deve ser identificada a partir do modo como se comportam os indivíduos em suas relações, nos seus hábitos e nas suas aspirações. A possibilidade de acesso a esse contato não significa que se irá assumir a cultura crioula. Podemos citar como exemplo o fato de muitos dos que foram educados em missões religiosas terem preferido continuar, à época da criação dos movimentos de libertação, próximos às suas vinculações étnicas. Se é possível que seus líderes tenham se prendido a tal perfil como forma de garantir uma base de apoio, o mais provável, porém, é que tenham agido dessa maneira porque assim encaravam a luta que tinham pela frente.

É a capacidade de circulação entre esses mundos que diferencia o crioulo dos demais angolanos. Os crioulos não podem dar sinais de que perderam as raízes africanas, ao mesmo tempo que tentam passar esse conhecimento embalado numa forma moderna. A distinção entre tradição e modernidade, tema dos mais apreciados quando se fala de África, não deve existir para o crioulo. Ele representa essa síntese. A confluência é sempre o objetivo, pois a modernização isolada, sem a tradição, representaria a assimilação.

As leis portuguesas de assimilação não iriam criar cultura, constituíram apenas normas de relacionamento jurídico entre o colono e o colonizado. O convívio cotidiano de que estamos falando, em sua forma mais elementar, é que irá criouliizar grande parte daqueles que até então estavam afastados dos núcleos urbanos e do poder português.

Todavia, e aqui caímos noutra questão delicada, o termo, ou suas derivações - criouliidade, cultura crioula, crioulos -, tem sido utilizado sem grandes preocupações por autores que analisam a sociedade angolana em sua conjuntura atual. No entanto, não devemos nunca deixar de realizar a devida ressalva às nuances históricas que estarão presentes no desdobramento desse grupo e ao fato de o termo ter sido criado com o objetivo inicial de retratar uma realidade específica.

Sua utilização por muitos autores contemporâneos, porém, não se dá apenas por ser um bom nome, que carrega uma inteligibilidade acerca da mestiçagem cultural. Ela ocorre também porque existe a permanência e a continuidade de uma série de elementos daquele grupo, não só na nova fase colonial, mas também no pós-independência.

⁵² Mesmo os autores que não estão diretamente preocupados com tal tema defrontam-se com a impossibilidade de fugir à discussão. É o caso, por exemplo, de Mourão, que, ao tratar de Luanda, aponta uma divisão entre os negros "tradicionais e os inseridos no mundo moderno, que são chamados na literatura colonial de 'civilizados' e, mais tarde, assimilados". MOURÃO, Fernando A. A. *Continuidades e descontinuidades de um processo colonial através de uma leitura de Luanda*, p. 502

Até o momento, parece-nos que uma visão retrospectiva como a que tentamos elaborar fornece elementos para boa compreensão do problema e nos mantém fiéis na utilização do termo, desde que realizadas tais ressalvas.

Mas qual o temor em recorrer a ele? À parte a confusão quanto à nomenclatura, de que já tratamos, podemos afirmar que a utilização pouco criteriosa do termo crioulo para se definir um grupo política e economicamente muito forte que atua junto ao governo angolano deixa a desejar no que diz respeito à sua operacionalidade. A linha divisória entre os elementos desse grupo e os indivíduos frutos da crescente urbanidade dos anos 60 em diante, principalmente luandense, é muito tênue. Facilmente se pode cair numa *crioulização* das elites angolanas.

É evidente que há uma grande relação entre as cidades e a criouliidade, visto que é nos centros urbanos que se tem mais acesso à diversidade cultural, incluindo a maior presença da cultura portuguesa nesse espaço. Mas a criouliidade não se restringe a isso. Por exemplo, no Dondo e no Golungo Alto, zonas de prolongamento do circuito comercial do eixo Luanda-Malange, a cultura crioula se expandiu desde o século passado.

Essa utilização sem critérios é o temor, por exemplo, de Pepetela, que não descarta a possibilidade de ocorrer uma identificação do termo crioulo com outras minorias da população, como os brancos e mulatos. Pepetela nos lembra também as acusações da Unita aos crioulos nas eleições de 1992, quando esses foram associados aos luandenses destribilizados,⁵³ embora, na verdade, o fenômeno da criouliização não se encontre apenas em Luanda. Por outro lado, e por mais contraditório que possa parecer, essas diferenciações podem vir a se atenuar num futuro próximo, contribuindo para isso o convívio social dinâmico existente nas cidades e uma possível melhoria da situação econômica do país, com o fim das hostilidades militares.

Evidentemente, toda essa discussão sobre a criouliidade ganha importância ainda maior na nossa argumentação pelo fato de que tal processo de síntese cultural ocorrido na colônia ao longo de vários séculos pode, em determinados momentos, abarcar os vínculos de solidariedades anteriormente citados.

V - Conclusão

Acreditamos que a conclusão, para não dizermos que é óbvia, não possa ser outra a não ser a de que se tem muita coisa a fazer para o progresso da história contemporânea de Angola. O bom sinal permanece: estamos diante de um vasto leque de possibilidades no que diz respeito às temáticas a serem tratadas, embora continuem inúmeras as dificuldades.

É interessante ressaltar ainda que, apesar da pequena produção brasileira e do pouco espaço de tempo, desde que passamos a nos dedicar aos estudos africanos, arriscamo-nos a apostar no crescimento dessa área e, conseqüentemente, do terreno da contemporaneidade. Tal previsão se baseia nos laços históricos atados há muitos séculos e agora redescobertos por uma nova safra de antropólogos e historiadores, com destaque para aqueles que se dedicam aos séculos XIX e XX, e pela descoberta do Brasil por parte dos africanos de língua oficial portuguesa como alternativa acadêmica, e não apenas comercial, ao continente europeu. Não podemos deixar de mencionar ainda, sobre esse assunto, o trabalho de base realizado pelos africanistas *mais velhos*.

⁵³ Essas opiniões se encontram num texto chamado *Conflitos étnicos em Angola?*, ao qual tivemos acesso quando entrevistamos o autor em fevereiro de 1995, numa versão manuscrita. Posteriormente Conceição Neto alertou-me que tal texto foi publicado em OIKOS. Boletim bimestral. Ano III, nº 13. Julho - Agosto, 1993.